

Jornalismo **ESPM** explica: Geopolítica



Presidente

Dalton Pastore Jr.

Vice-Presidente Acadêmico e de Graduação

Alexandre Gracioso

Vice-Presidente Administrativo-Financeira

Elisabeth Dau Corrêa

Diretora Nacional de Operações Acadêmicas

Flávia Flamínio

Diretor Nacional de Pós-Graduação e de Educação Continuada

Tatsuo Iwata

Diretor Acadêmico da Graduação da ESPM São Paulo

Rodrigo Cintra

Coordenadora do Curso de Jornalismo da ESPM São Paulo

Maria Elisabete Antonioli

**Discussion
Paper** |

ESPM

ISSN: 2448-0932

Apresentação: <i>Jornalismo ESPM explica: Geopolítica</i>	5
Estados Unidos da América	7
China	21
Europa	32
Mercosul.....	40



JORNALISMO ESPM EXPLICA: GEOPOLÍTICA

O momento pandemia provocou muitas reações. E, várias mudanças. Algumas delas geraram surpresas. Por exemplo, com as aulas remotas. Em vários cenários, esse formato motivou um outro compromisso com a lógica de ensinar e aprender. Em especial, entre futuros jornalistas. Como aproveitar, mais e melhor, o tempo de aula remota, o da “telinha”? Como exercer curiosidade na realidade não presencial?

A complicações aumentam um pouco se o nome do curso, em questão, é Geoeconomia Internacional. Qual conceito privilegiar? O do espaço, o da geografia? O do tempo, a história? Ou, então, perguntar como as pessoas sobrevivem na pandemia, com toda atenção à economia. Como misturar tudo isso na telinha? E, ao mesmo tempo, deixar tudo bem interessante para o consumidor final de informação e análise, seja em que formato for...

A solução desse imbróglio foi privilegiar a mistura de conceitos entre espaço, tempo, cultura e sobrevivência. Como? Adaptando a fórmula, conhecida e abrangente, que leva o nome de geopolítica.

O resultado desse esforço dos alunos de Jornalismo da ESPM, na disciplina de Geoeconomia Internacional, ministrada pelo Prof. Leonardo Trevisan em 2020, é este livro digital. Os temas tratados foram de absoluta livre-escolha do aluno. Só se perseguiu uma exigência: era preciso problematizar um conceito – em perspectiva rigorosamente jornalística – que integrasse o debate geopolítico. A preocupação com a qualidade do texto teria de acompanhar o rigor conceitual que cercasse o tema pretendido.

Curiosamente, a escolha dos temas respeitou a “geografia do poder”. De certo modo,

as escolhas temáticas se concentraram no mundo americano, no europeu e no chinês. Nossa realidade regional também apareceu, em torno da opção Mercosul.

O mais interessante, no entanto, foram os conceitos trabalhados. O texto que abre o livro e o capítulo EUA discute a dinâmica do “sonho americano”. Como é possível compreender melhor a dicotomia Ocidente / Oriente quando o trato do assunto pandemia envolve “valores americanos”? Já o segundo texto debate a pretensão de isolamento americano” na realidade geopolítica do primeiro PIB do mundo, com múltiplas consequências. O texto seguinte discute a hipótese de preservação da ideia de “hegemonia americana” na era corona-vírus. Porém, é em torno da lógica de “individualismo americano” que a atual realidade geopolítica daquele país ganhou contornos mais densos. Sem esquecer o texto que discutiu o conceito “desigualdade” no trato da pandemia na realidade americana que, também, chamou a atenção dos alunos de Jornalismo da ESPM.

Na referência do mundo chinês o conceito “memória” ganhou especial relevância geopolítica. Tanto pela sobrevivência de mitos variados, como pela superação deles, em especial, pela manutenção das pressões por expansão comercial em pela era da pandemia. Da mesma forma, vale observar o texto que destacou a percepção das “muitas Chinas”, recolocando o conceito de “desigualdade” na pandemia em perspectiva geopolítica. Mas, foi em torno do conceito “fênix chinesa”, o do ressurgimento do poder econômico chinês, seja em que contexto for, que a geopolítico ganha outro sentido, o do “século asiático”, como definição do XXI.

O conceito de “intervenção sem fronteira”, o próprio sentido da existência da União Europeia, passou a ser a base do enfrentamento à pandemia, tema do texto de abertura do capítulo. Na mesma linha, só que no sentido inverso, a discussão do conceito Brexit, fundamentou a decisão de isolamento do Reino Unido da Europa unificada. Com efeitos bem marcantes na questão da pandemia.

Não foi diferente com a lógica do Mercosul na questão do trato da pandemia, O conceito de “decisão conjunta”, no entanto, não foi acompanhado pelo governo brasileiro que optou por um distanciamento decisório do bloco na questão pandemia. Com resultados também diferenciados, tanto médicos como geopolíticos, em relação aos demais integrantes do bloco.

Os editores agradecem a competente ajuda no trabalho de edição deste livro do professor Fernando Matijewitsch.

Boa leitura!
Os editores



ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Alunos de Jornalismo da ESPM

Sedução cultural

Ismin Paiva e Sophia Olegário

A cultura é um dos principais, se não o principal, patrimônio de um povo. É ela que contribui para a coletividade e constrói identidade. Sem ela, as relações sociais são enfraquecidas e o grupo fica mais vulnerável a crises internas, ou externas. Por esse motivo, a destruição da cultura (ou limpeza cultural) é forma bem eficaz de domínio entre povos ou nações. Sem esquecer que é estratégia muito utilizada em diferentes momentos da história como prática imperialista.

O professor e antropólogo, Eduardo Benzatti, afirma que para dominar outra nação existem duas formas, “falando de forma grosseira, você pode eliminar todos os seus cidadãos, o que é algo muito trabalhoso, ou você pode destruir a cultura do povo”. Ele ainda usa como exemplo os povos indígenas sul americanos, cujo núcleo cultural, ou seja, o idioma, os mitos ou a visão de mundo, foi proibido pelos portugueses, com a intenção de desmoralizar e destruir grupos inteiros como forma de dominação.

Historicamente, os Estados Unidos assumiram uma posição de império desde o final da Segunda Guerra Mundial, no século XX. Os artifícios que permitiram essa “conquista” no pós-guerra, foram principalmente os meios de comunicação, em especial o rádio e a televisão, que serviram para dar continuidade a propaganda do estilo de vida simpático norte-americano: o “American way of life”, iniciado por Franklin Roosevelt na década de 1930.

Tal campanha impôs um modelo de organização que buscava a hegemonização da cultura mundial, um fenômeno que permitiu que a Indústria Cultural americana se infiltrasse e dominasse a cultura de diversas nações mundiais. Benzatti explica que esse tipo de dominação vai acontecendo aos poucos, a partir de elementos cotidianos, como a forma que nos comportamos ou nos relacionamos com as pessoas e o imaginário fílmico dos cinemas, séries e músicas.

Nesse sentido, os Estados Unidos distribuiu a imagem do sonho americano, uma ideia muito popular no país desde a colonização dos Pais Peregrinos, a qual proclama: “todos os homens são criados iguais, com direito à vida, liberdade, propriedade e a busca pela felicidade.” Até hoje, pessoas do mundo todo se esforçam para realizar esse “sonho” das propagandas, que fazem buscar carros, roupas, casas, objetos para ostentar algum status social. Alguns exemplos disso são as propagandas do McDonald’s ou da Coca-Cola, que pregam, no mundo todo, uma ideia de família, felicidade e sucesso profissional.

A indústria hollywoodiana nas décadas de 1940 e 1950 foi outro meio ideal de propagar

ideias e comportamentos. Com o poder de alcance dos filmes, o novo modelo de vida americana chegou a outros países, além de também alimentar a visão do próprio norte-americano, que começaram a ter uma imagem idealizada de seu país. O professor de antropologia justifica esse processo pelo fato de nosso inconsciente ser extremamente influenciável quando se trata do imaginário coletivo.

Entretanto, algumas regiões do mundo não são tão influenciadas pelos valores americanos. Os países orientais, por exemplo, nem sempre são receptivos aos valores americanos, uma vez que suas tradições são muito distintas dos valores ocidentais, o que provoca certa hostilidade por parte de algumas nações. Karl Marx, ao explicar a formação do capitalismo, entendia que os povos do Oriente estariam abaixo da Europa em uma escala evolutiva.

A rivalidade entre o ocidente e oriente existe há muito tempo e foi motivo de tensões em vários períodos da história. Um momento em que isso fica evidente é no século XIX, durante a expansão imperialista europeia. A capacidade do continente, devido às conquistas ao longo dos séculos com base na exploração, era inegável e não oferecia condições de enfrentamento. Com o colonialismo, a América, a Ásia e a África foram impostas a cultura da Europa Ocidental, disseminando cada vez mais e, no entanto, provocando ressentimento por parte de diferentes países no mundo.

A China é um grande país oriental onde a dominação europeia provocou uma desconfiança com os valores ocidentais quase irreversível pela nação. Depois de vivenciar duras guerras para acabar com o vício em ópio, uma droga introduzida propositalmente no território chinês pelos britânicos, com o objetivo de desestabilizar a ordem social vigente. Desde essa crise, a sociedade chinesa passou grande parte do século XX “fechada” enquanto o mundo acompanhava o desenvolvimento do processo de globalização.

Justamente por esse histórico, foi tão surpreendente quando, depois da crise de 2008, a China se ergueu no cenário internacional como uma potência muito poderosa e influente. Atualmente, a China é a principal investidora do continente africano, em 2018, anunciou mais de US\$60 bilhões no continente e segue estimulando suas empresas a colocarem dinheiro nesses países. Além disso, a Nova Rota da Seda, um simbólico sonho chinês de expandir suas rotas comerciais pelo mundo todo, está se tornando uma realidade cada vez mais possível.

A comunidade global enxerga isso como um novo tipo de colonialismo, entretanto, quem sente o silencioso crescimento chinês não tem a mesma reação de 50 anos atrás, quando acreditava ser ótimo abrir unidades de lojas americanas em sua cidade. O novo “império” chinês não é tão glamuroso quanto o universo de Hollywood, ao contrário, ele não tenta convencer o mundo ocidental da qualidade de sua cultura mas, de maneira prática e

objetiva, se adapta ao sistema vigente e se sobressai diante das outras nações.

Apesar de manter um comportamento essencialmente diferente dos impérios ocidentais, a China não é menos ambiciosa do que eles, e o documentário de 2020 Indústria Americana mostra que as empresas chinesas levaram a produtividade capitalista para um novo padrão. Sendo assim, mesmo que aparentemente desinteressada do valor cultural das nações do mundo, a limpeza cultural faz parte da história da humanidade, e a potência chinesa pode optar por utilizar dessa estratégia se julgar necessário. Nesse contexto, é importante lembrar que a nossa cultura é um dos nossos maiores patrimônios e, como o professor Benzatti explicou, pode ser facilmente seduzida e desmoralizada para garantir a manutenção de poder estrangeiro. Por isso, lutar pela nossa história e nossa memória coletiva é extremamente importante para manter a unidade e soberania nacional, assim como a nossa identidade pessoal enquanto parte de um povo.

A Guerra Fria do Século XXI

Amanda Locali, Giulia Pontes e Manuela Ravioli

Quando saiu vitorioso da guerra que bipolarizou o globo, os Estados Unidos da América se sentiu forte o suficiente para ir em busca de uma hegemonia mundial principalmente no quesito econômico. Ferramenta indispensável para o país, o protecionismo, se tornou álibi para esconder mazelas políticas, econômicas, racistas e questões de desigualdade.

O atual presidente Donald Trump não contribui efetivamente para uma mudança comportamental no país mas também não pode ser responsabilizado por questões que definitivamente não são atuais. Lá em 1823, a doutrina Monroe já carregava o slogan “América para os americanos” e em 2009, o ex-presidente Barack Obama concedeu o pacote Buy American, que pretendia enaltecer a compra de aço e ferro dos EUA. O protecionismo dos americanos não é uma novidade.

A Guerra Fria do século XXI se estabelece entre a China, representando o liberalismo de mercado e acordos multilaterais; e os Estados Unidos, visando mais uma vez o crescimento individual. Esses países, que são co-dependentes, estão focando em sua supremacia geopolítica mundial que faz com as potências tomem medidas protecionistas por medo de perder sua hegemonia.

Os americanos têm uma determinação muito forte em querer manter sua hegemonia mundial. Mas o que é isso? A hegemonia em nível mundial é a habilidade de fazer com que a maioria dos Estados aceitem uma certa visão do mundo que coloca o país hegemônico como o centro e ainda tenha potencial para ditar acordos comerciais e posicionamentos políticos. E esse é o maior desejo dos Estados Unidos, mas eles não esperavam o repentino crescimento econômico e tecnológico chinês.

A tensão entre Estados Unidos e China vem de muito tempo antes da crise do novo coronavírus. A briga – majoritariamente econômica e tecnológica – dos dois países está colocando em cheque a relação que antes tentava ser harmoniosa. Você deve estar se perguntando o que causou esse aumento na tensão entre os países. A China teve um crescimento muito grande nos últimos 20 anos e dessa forma, ela se tornou a principal rival dos Estados Unidos, que antes não levava a concorrente a sério. E em 2020, a relação que já estava fragilizada, agora se encontra por um fio por conta da pandemia do novo coronavírus.

A crise causada pela Covid-19 pegou todos de surpresa, do dia para a noite, curvas representando número de casos e mortes, crescem. A grande diferença, é que alguns países não levaram a sério a gravidade da situação, ou quem sabe, até mesmo optaram

por não demonstrar tal fragilidade, o que apenas deslanchou o real problema.

Este foi o caso dos Estados Unidos e sua liderança. Donald Trump desde o início desmoralizou a pandemia ao comparar o vírus “assim como uma gripe”, e ainda complementa “ele irá embora, como um milagre”. Seu discurso nepotista e dissimulado foi desbancada pelos números – cenário que parece não mudar a mentalidade do presidente brasileiro, mas isso não vem ao caso agora – e pela comparação ao principal rival político-econômico, no momento em que o número de casos superaram a China.

Alex Almeida, professor de história e atualidades, acredita que há muito mais por trás e afirma: “Trump usará essa pandemia como mais um argumento para retaliar economicamente a China. O presidente, ainda, aproveita o momento para se afastar da OMS, mas na verdade, isso já era uma medida desejada por ele”.

Reações de Trump a pandemia, a morte de George Floyd em Mineápolis e o alto número de desempregados no país, que chega aos 40 milhões, podem ser índices decisivos nas eleições de novembro de 2020. “O país vinha de uma retomada econômica e a reeleição de Trump era bem provável. Com a pandemia, esse crescimento se desfez. Pode até ser que ele se reeleja, mas não será mais tão confortável como parecia ser antes da pandemia e dos protestos”, analisa Almeida.

Mesmo com a mudança de discurso do presidente do país, parece que o povo americano persiste nos seus ideais etnocêntricos e protecionistas. Embora o país possuísse o título de epicentro da pandemia até pouco tempo atrás, os estadunidenses se encontravam na rua, não lamentando a morte de mais de 100 mil pessoas, mas pedindo pelo fim do isolamento social (principal medida para controlar o vírus).

Em pouco mais de dois meses, foram contabilizadas mais mortes norte americanas causadas pela doença do que ao longo de sete décadas nas guerras da Coreia, Vietnã, Golfo Pérsico, Afeganistão e Iraque. Mesmo em um país no qual não existe sistema de saúde pública, e cerca de 40% dos trabalhadores no setor de serviços e quase 60% dos que trabalham em meio período não têm licença médica, o número é alarmante. E, ainda assim, muitos relutam com tal medida, argumentando falta de liberdade e tensão econômica.

Em meio a essa situação, o Brasil aparece logo em seguida com números tão preocupantes quanto os dos Estados Unidos. Governos alinhados e igualmente em uma saia justa, vêm tomando medidas e discursos semelhantes. Alex ainda explica: “caso Trump não seja reeleito, o Brasil ficará isolado na geopolítica internacional, isso porque que o governo Bolsonaro escolheu se alinhar completamente ao governo dos EUA e criou conflitos desnecessários com países vizinhos, com países árabes e até mesmo com a China”.

Impacto do Coronavírus na hegemonia dos EUA

Chloë Marie Dubois

Com quase 2 milhões de casos confirmados, os Estados Unidos ocupam o primeiro lugar no ranking mundial do coronavírus, de acordo com a universidade americana de medicina John Hopkins.

Com o enfraquecimento relativo das potências europeias durante a 1ª e a 2ª guerra, a hegemonia norte-americana é uma realidade que vem desde o século passado. Não foi apenas a sua presença vitoriosa (e numerosa) em guerras, ou seu desenvolvimento tecnológico e econômico, mas outros diversos motivos levaram o país a se tornar a grande potência que é hoje.

A fórmula que fez os EUA se tornar o país mais poderoso do mundo economicamente é discutida e questionada em diversas áreas, principalmente na situação de pandemia nos dias atuais. De acordo com José Otávio Nogueira Guimarães, historiador da Universidade de Brasília. “Guerra e crescimento econômico são quase que indissociáveis na aventura imperialista dos Estados Unidos”, afirma. Porém muitos outros pontos como expansão do sistema capitalista, baseado na economia de mercado, sistema democrático e propriedade privada foram cruciais para a formação do famoso estado.

Apesar de sua popularidade histórica, o governo vem recebendo críticas de diversos líderes mundiais e as estatísticas mostram que sua soberania pode estar sofrendo uma queda. Relatórios do Fundo Monetário Internacional publicados, nos últimos anos, indicam que a participação global dos EUA está caindo, atualmente de cerca de 20%, a preços de mercado, ou a apenas 16%, utilizando-se o conceito de paridade de poder de compra. Esses números são relacionados desde de Bush à Donald Trump.

O 45º presidente dos estados unidos teve sua campanha pautada por uma frase muito popular: “Make America great again”. Com apenas quatro palavras, e a constante necessidade de poder econômico e militar, as escolhas de Trump hoje tem um impacto que pode significar o contrário do significado de sua tão adorada campanha publicitária.

Logo no começo de seu mandato, o presidente retirou oficialmente o país do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (TPP) e anunciou planos para renegociar o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta, na sigla em inglês), assinado em 1992 com México e Canadá, argumentando que esses prejudicam as empresas americanas e já insinuando o fechamento de suas fronteiras com o México. De acordo

com William McIlhenny, ex-diretor no Conselho Nacional de Segurança dos EUA para a América do Norte, em uma entrevista com a BBC News, o posicionamento do líder pode ser arriscado. “As realidades de hoje são diferentes. O mundo já é multipolar, econômica e politicamente, ainda que os EUA tenham uma força geopolítica inigualável. Não queremos, e realmente não podemos nos permitir, pagar o alto preço político e econômico de continuar como hegemonia mundial”, argumentou.

Independente das críticas ou elogios direcionados ao governo de Trump, o dinheiro voltado ao poder militar nos últimos tempos não está passando despercebido. O Analista militar Aleksei Leonkov explicou em entrevista ao serviço russo da Rádio Sputnik, porque os EUA estão perdendo o estatuto de mais poderoso exército do mundo apesar de terem um orçamento significativo. O especialista acredita que este processo se deve às elevadas despesas militares do Pentágono e ao suporte de estruturas militares espalhadas em países do Báltico, Ucrânia e Polônia.

Um diagnóstico feito por um grupo de especialistas independentes ao Congresso e sua Comissão de Estratégia Nacional de Defesa soa quase uma súplica e um alerta ao presidente, dizendo que os programas de aquisição de armas precisam ser mais rápidos e eficientes e que “as forças militares americanas têm muitas boas intenções e alguma prospecção dos grandes desafios, mas abordagens duvidosas para enfrentá-los e recursos insuficientes para isso”.

Não apenas o direcionamento monetário do governo é apontado, como também o seu posicionamento perante a crise do novo coronavírus. A falha na administração de Trump de conter o vírus entra em contraste quando comparada ao seu grande adversário Xi Jinping, secretário geral do partido comunista da China. Enquanto Trump se preocupa em culpar a China com frases como: “Há muitas coisas pelas quais eles podem ser responsabilizados”, e colocar pressão em seus governadores pelo Twitter, uma instituição de caridade chinesa enviou 300.000 máscaras para a Bélgica em um contêiner no qual estava escrito o slogan “Unidade faz força” em francês, flamengo e chinês.

Dessa forma, a pandemia parece intensificar a competição entre a China e os EUA. Enquanto o coronavírus têm como alvo as fraquezas da América do Norte, ao mesmo tempo torna muitas de suas forças irrelevantes. A máquina militar mais poderosa do mundo não tem muita utilidade contra vírus, mas a falta de um sistema de saúde pública é subitamente uma ameaça não apenas para os pobres, mas para toda a sociedade americana.

Enquanto isso, o governo chinês alega que suprimiu quase completamente a transmissão do vírus. Combine a relativa estabilização da China, com a ameaça de uma nova Grande Depressão e uma profunda crise política nos EUA, e é claramente possível que o Covid-19

desencadeie uma grande mudança histórica no mundo. Poderia até marcar o fim da hegemonia americana.

Por fim, enquanto Trump cria planos para afastar o resto do mundo de perto dos Estados Unidos, o governo chinês trabalha cada vez mais para atrair estrangeiros e abrir seu comércio para outras partes do mundo. “Para mim, este é realmente um desses raros momentos definidores da história, quando giramos para uma nova era. Quando se pensa na administração Trump, é importante vê-la como um primeiro passo. Difícil de dizer se para o lado, para frente ou para trás. Mas é, certamente, o impulso em um processo de mudança global”, afirmou o ex-diretor do Conselho Nacional de Segurança dos EUA.

Individualismo norte-americano na crise da Covid-19

Beatriz Araújo e Michelle Neri Alunas

Ao ultrapassar a marca de 100 mil mortes pela Covid-19, os Estados Unidos é um dos países que mais registra casos diários do novo coronavírus, segundo levantamento feito pela plataforma Our World In Data. Ao apresentar 26.177 novos casos no dia 1º de junho, o ritmo de contaminação apresentou um crescimento de 1,4% em relação dia anterior, conforme atualização do CDC (Centro para o Controle e Prevenção de Doenças Americano).

O país, que foi considerado epicentro do vírus na primeira quinzena de abril, apresenta diversos fatores que contribuem para que os dados sejam cada vez mais alarmantes, ao começar pelas medidas do governo norte-americano na ação de combate e prevenção da doença. Após o primeiro diagnóstico da Covid-19 no país, o presidente Donald Trump e seus aliados da Casa Branca não estabeleceram planos que evitassem a disseminação e o contágio da doença.

Anthony Fauci, diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas, admitiu a negligência de Trump ao comparar o vírus com uma simples gripe e não adotar medidas para mitigar os casos. Desde o princípio, o médico e outras autoridades norte-americanas insistiram que medidas mais agressivas fossem tomadas pelo governo até fevereiro, mas as recomendações não foram colocadas em prática e isso reflete na atual situação dos EUA diante da pandemia.

Em entrevista à CNN, Fauci afirmou que: “Havia muita pressão contra o isolamento época”. Além disso, segundo o pesquisador de políticas de saúde na Universidade Harvard Thomas Tsai, o atraso dos testes nos EUA resultou na disseminação acelerada do vírus.

Outro fator determinante para a doença ter sido agravada no país é a falta de um sistema de saúde público. De acordo com a Kaiser Family Foundation, uma organização que pesquisa o papel dos EUA na política global de saúde, 30 milhões de norte-americanos não possuem seguro médico e 40 milhões só têm acesso a planos deficientes. Estes dados demonstram que a falta de recursos financeiros para finalidades médicas, faz com que parte da população não vá ao hospital receber tratamento por conta do valor das consultas e dos tratamentos necessários.

Em um artigo feito para o The Guardian, o ex-secretário do trabalho durante o governo

Clinton, Robert Reich, afirma que: “Em vez de um sistema de saúde pública, temos um sistema privado com fins lucrativos para indivíduos com a sorte de pagar e um sistema de seguro social precário para pessoas com a sorte de ter um emprego em período integral”.

“Não vou ao médico desde 2013”, contou o jornalista americano Carl Gibson, em uma coluna de opinião do The Guardian. “Quando você multiplica a minha situação por 27,5 milhões, a imagem é aterrorizante”, declara. No contexto da pandemia, a falta de um sistema de saúde público escancarou as dificuldades do governo no combate da disseminação de doenças de grande proporção e até mesmo Falci reconheceu, em uma de suas declarações, que a organização atual é falha: “O sistema não funciona, não está realmente voltado para o que precisamos agora... Está falhando, vamos admitir”.

Além disso, as desigualdades sociais e raciais dos EUA se mostram cada vez mais nítidas no cenário da Covid-19, sendo mais letal entre a população imigrante e afro-americana. A cidade de Nova York concentra o maior número de casos e mortes do país e, segundo dados oficiais, 34% dos mortos pelo vírus são hispânicos e 28% afro-americanos. Com os números alarmantes, o prefeito da cidade Bill de Blasio avalia a situação como repugnante e argumentou que a desigualdade econômica é o principal fator para isso estar acontecendo.

“Há desigualdades claras, disparidades em como esta doença está afetando as pessoas de nossa cidade”, disse De Blasio. “A verdade é que, de muitas maneiras, os efeitos negativos do coronavírus, a dor que ele está causando, a morte que está causando, tem a ver com outras profundas disparidades que vimos há anos e décadas”, declarou.

Outro local que reflete este cenário, é a cidade de Louisiana, segundo o governador John Edwards, mais de 70% das vítimas da Covid-19 eram pessoas negras. De acordo com as autoridades, isso ocorreu em consequência da discrepância no acesso destes à saúde. Soma-se a isso, também, a diferença de cada Estado ao possuir suas regras e comandos para conter o vírus, como resultado da falta de uma política nacional que coordenasse o país.

Robert Reich avalia esses acontecimentos como consequência do individualismo americano. “Nos Estados Unidos, a palavra ‘público’ – como na saúde pública, educação pública ou bem-estar público – significa uma soma total de necessidades individuais, não o bem comum”, declarou Reich.

Com isso, a cultura individualista do povo norte-americano é a base para todos esses fatores que têm implicado no enfrentamento da pandemia. Em uma nação, na qual as instituições estão mais preocupadas com o mercado financeiro, as autoridades fecham

os olhos quando se trata da saúde. Um exemplo disso é quando o país dispõe do Federal Reserve para eventuais crises econômicas, que recentemente disponibilizou US\$ 1,5 bilhão para os bancos, diante do menor indício de dificuldade que estes apresentaram para fazer negócios, e não apresenta instituições análogas para supervisionar a saúde pública, como analisa Gibson.

Desigualdade nos Estados Unidos aumenta na pandemia

Julia Boarati, Leticia Ferreira, Maria Luiza Ogata e Matheus Marcondes

Nos últimos dias os trending topics das redes sociais deixaram, pela primeira vez em meses, de ser assuntos ligados à crise do novo coronavírus para se voltarem para a Black Lives Matter (Vidas Negras Importam). O movimento anti racista que começou em 2013 com o assassinato do jovem negro Trayvon Martin ganhou força novamente depois que vídeos que mostram o assassinato de George Floyd, suspeito de ter usado um cartão falso ao gastar 20 dólares em um supermercado.

Os protestos por justiça acabaram incendiando revoltas que podem ser vistas além da luta contra o racismo: Palavras como “A revolução está chegando” foram pichadas nas principais lojas da Rodeo Drive, uma das ruas mais luxuosas dos Estados Unidos. Centenas de pessoas se recusaram a deixar de bloquear a quinta avenida em frente a Trump Tower, símbolo nova-iorquino do capitalismo. Isso pode ser lido como um protesto contra a desigualdade norte-americana.

A Covid-19 também evidenciou a diferença que existe entre brancos e negros no país. Em 10 de abril, os casos da doença passavam a marca dos 500.000 casos e pouco mais de 22.000 pessoas haviam morrido. Em Milwaukee, uma cidade do centro-oeste americano, 81% dos mortos eram negros, um número alto se considerarmos que apenas 26% dos habitantes pertencem a essa minoria racial. Números parecidos podem ser encontrados nos estados de Illinois, Michigan e Louisiana.

Um levantamento do Journal of Virus Eradication mostrou a variação internacional dos preços de diferentes medicamentos atualmente usados para combater a Covid-19. A cloroquina, embora desaprovada pela OMS como tratamento dos casos da doença (estudos indicam que a droga pode elevar o risco de insuficiência cardíaca e até mesmo de morte), é a principal forma de tratamento indicada pelo presidente Donald Trump, que chegou a afirmar a estar tomando como um preventivo. Baseando-se em um tratamento de 14 dias o estudo concluiu que o custo de produção da Cloroquina é de US\$0,30, enquanto o medicamento pode ser comprado por US\$93 nos Estados Unidos. A nível de comparação o segundo país onde a cloroquina é mais cara é o Reino Unido, onde o medicamento pode ser encontrado por cerca de US\$8.

Andreas Sabby, dinamarquês de 20 anos que mora em Los Angeles com sua família opina sobre o sistema de saúde pública do país em que mora: “Eu realmente acho

estranho e errado a falta de saúde pública americana. Acho que todos devem ter acesso a saúde, na minha opinião isso é o básico de empatia para uma sociedade harmônica”.

Só nos primeiros 31 dias de 2020 a indústria farmacêutica – que já soma absurdos como o aumento de 5000% no preço do Daraprim, medicamento usado contra a HIV/AIDS, em 2015 – havia aumentado o preço de 639 medicamentos em uma média de 6%. 20 sofreram um aumento de quase 30%. Marplan, usado para tratar depressão, teve seu preço aumentado em 14.9%: 30 comprimidos podem ser comprados por US\$156, enquanto o Parnate, a versão brasileira do mesmo remédio, é vendido por cerca de US\$8.

Os preços exorbitantes não se restringem aos medicamentos: de acordo com a ONG Public Citizen, uma angioplastia custa cerca de US\$32.200 nos EUA. O mesmo procedimento pode ser feito por US\$6.400 na Holanda, US\$7.400 na Suíça e gratuitamente no Brasil, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas o que será que os norte-americanos pensam sobre o sistema de saúde do país? “Eu sinto que ninguém se importa com quem passa necessidade aqui. Na minha escola, nós temos aula de política, e eles apoiam totalmente o acesso pago ao sistema de saúde. Eu sinto que aqui, as pessoas não ligam muito para o próximo; eles realmente não se importam. Eles são frios para falar sobre as pessoas necessitadas e usam elas muito como estatística. Falta empatia e solidariedade”, conta Andreas.

Os Estados Unidos nunca tiveram um bom sistema de saúde pública, e nem se mobilizaram para a transformação deste cenário. Isso pode estar ligado ao fato de que os estadunidenses que são obrigados a pagar preços exorbitantes em seus medicamentos, mas não tem condição de pagar por eles, não tenham voz para exigir alguma mudança. Ou pode também estar ligado ao fato de que a maioria da população privilegiada norte-americana, não se importa com o fato que existem pessoas passando por dificuldades.

Os norte-americanos vivem presos ao conformismo, a busca pelo consenso tornou-se mais importante do que o interesse individual, fato que intensifica e evidencia todos os tipos de desigualdade que existem no país. Para Platão, “o preço que os homens de bem pagam pela indiferença aos assuntos políticos é ser governado pelos maus”. Segundo o filósofo ateniense, o idiota era o cidadão que se dedicava exclusivamente a questões particulares e negligenciava a vida política, sendo o responsável pelo ambiente degradante em que vivia.



CHINA

Alunos de Jornalismo da ESPM



Jornalismo ESPM

O abismo chinês

Maria Clara Bispo

No cenário global de hoje, quem analisa a China fica com a impressão que todo o resquício daquele estado comunista idealizado por Mao Tsé-Tung se foi. O país é hoje um gigante comercial, produz e exporta mais que qualquer outro no mundo. O PIB da China tem crescido em média 10% ao ano durante as últimas três décadas, um fenômeno nunca antes observado na história da geoeconomia. É inegável a qualquer um atento às notícias, que a China será – ou é – a maior economia do mundo. Apesar disso, se olharmos profundamente para as entranhas do país, veremos muito do legado de Mao.

Há 70 anos, quando o Partido Comunista assumiu o poder após uma guerra civil na China, o país já possuía a maior população do globo, a qual era majoritariamente composta por camponeses. Mao baseou-se nas ideias Marxistas, tirando-as completamente de contexto ao implantá-las no campo.

A empreitada chamada pelo líder de “o grande salto para frente” incentivou a criação de plantações comunitárias e proibiu a propriedade privada. Tal Plano causou uma insuficiência na produção de alimentos, o que gerou a morte de cerca de 40 milhões de pessoas por fome nos anos entre 1958 e 1962.

Após a morte de Mao Tsé-Tung, em meio a evidente crise econômica no país, seu sucessor, Deng Xiaoping, decide implantar medidas que provavelmente desagradariam o antecessor. Em 1978, a China implantou um programa que ficou conhecido como “reforma e abertura”. A ideia de um socialismo à la chinesa, no qual o país poderia se atirar ao comércio mundial, empolgava os chineses. Deng liberalizou a economia, permitiu o ressurgimento da propriedade privada, e descentralizou o poder, dando mais liberdades aos políticos locais. Um ano depois, viajou aos Estados Unidos, estabelecendo um marco na abertura de laços econômicos entre a China e o Ocidente.

Uma das principais bases dessa reforma foi a criação das Zonas Econômicas Especiais, chamadas ZEEs. Ainda nos tempos de hoje, tais zonas, são grandes oásis do capitalismo no território chinês, nas quais o investimento internacional e as trocas comerciais são totalmente legalizadas. O que a princípio era apenas um protótipo do governo chinês, acabou sendo um enorme sucesso econômico. Shenzhen, uma das primeiras ZEEs criadas, era uma vila de pescadores com cerca de 59 mil habitantes no momento em que a industrialização começou em 1980. Em 2016, a população da cidade passava de 12 milhões. Essa estratégia foi o que fez a China ascender em um ritmo nunca antes visto na economia global, mas também foi a responsável por colocá-la entre os países mais desiguais do mundo.

A enorme quantidade de mão-de-obra barata em concomitância com as portas recém-abertas de um mercado gigantesco, era um cenário perfeito para o investimento estrangeiro. A abertura de multinacionais e as novas oportunidades de trabalho causaram um enorme fluxo migratório do campo, para o litoral do país, o chamado êxodo rural chinês. Com milhões de pessoas vivendo nas ZEEs, poucos conquistaram o novo sonho chinês, a maioria apenas trocou o cenário de sua miséria do campo para a cidade. A qualidade de vida fora dos bairros nobres dessas cidades se tornou baixíssima, e as condições de trabalho extremamente precárias. Galpões fechados e abafados, com centenas de chineses em linhas de produção, eram e, ainda são, uma cena comum na “fábrica do mundo”.

A verdade é que, apesar de o presidente atual Xi Jinping ter prometido erradicar a pobreza no país até 2020, e da saída de impressionantes 700 milhões de chineses da linha da pobreza entre a reabertura econômica e 2016, a desigualdade segue crescendo. Em 2018, cerca de um milhão de pessoas viviam em abrigos subterrâneos em Pequim. Essas pessoas se encontravam em situações extremamente precárias vivendo muitas vezes em espaços menores que 4m².

Ao passo que o número de bilionários no país cresce, 475 no total, casos como o da jovem Wu Huayan seguem chocando o país e o mundo. A estudante de 24 anos, sobreviveu com cerca de 2 yuans por dia (cerca de R\$1,15), comendo apenas arroz e pimenta durante cinco anos. A jovem, que infelizmente veio a falecer, expôs um outro lado da economia mais próspera do mundo. Segundo um relatório do FMI, a China passou de moderadamente desigual em 1990, para se tornar um dos países mais desiguais do mundo em 2018. Em contrapartida, um relatório da WID (World Wealth and Income Database) mostrou que a parcela da riqueza detida pelos 1% mais ricos do país dobrou em 20 anos. Atingindo, assim, cerca de 30% da renda nacional no ano de 2015, a medida que os 50% mais pobres, possuem apenas 15% da referida renda, segundo o relatório de desigualdade global, de 2018.

“Sinto que a China é cada vez mais capitalista. As casas estão ficando cada vez mais caras e apenas os ricos podem comprá-las. Jovens profissionais como eu não conseguem ter a própria casa e dependem dos pais ou avós”. Disse Xiao Lin, uma mulher de 30 anos em entrevista à BBC. Lin, que atualmente reside em Pequim, se mudou do sudeste Chinês para estudar e trabalhar como intérprete.

Outra mudança severa que contradiz o estado socialista idealizado por Mao é no âmbito da saúde e da educação. O sistema de saúde particular é exclusivo para a classe alta. Sendo assim, os mais pobres ficam reféns de hospitais públicos superlotados, e de baixa qualidade. Na educação, são oferecidos apenas nove anos gratuitos, sendo o ensino médio e superior, pagos.

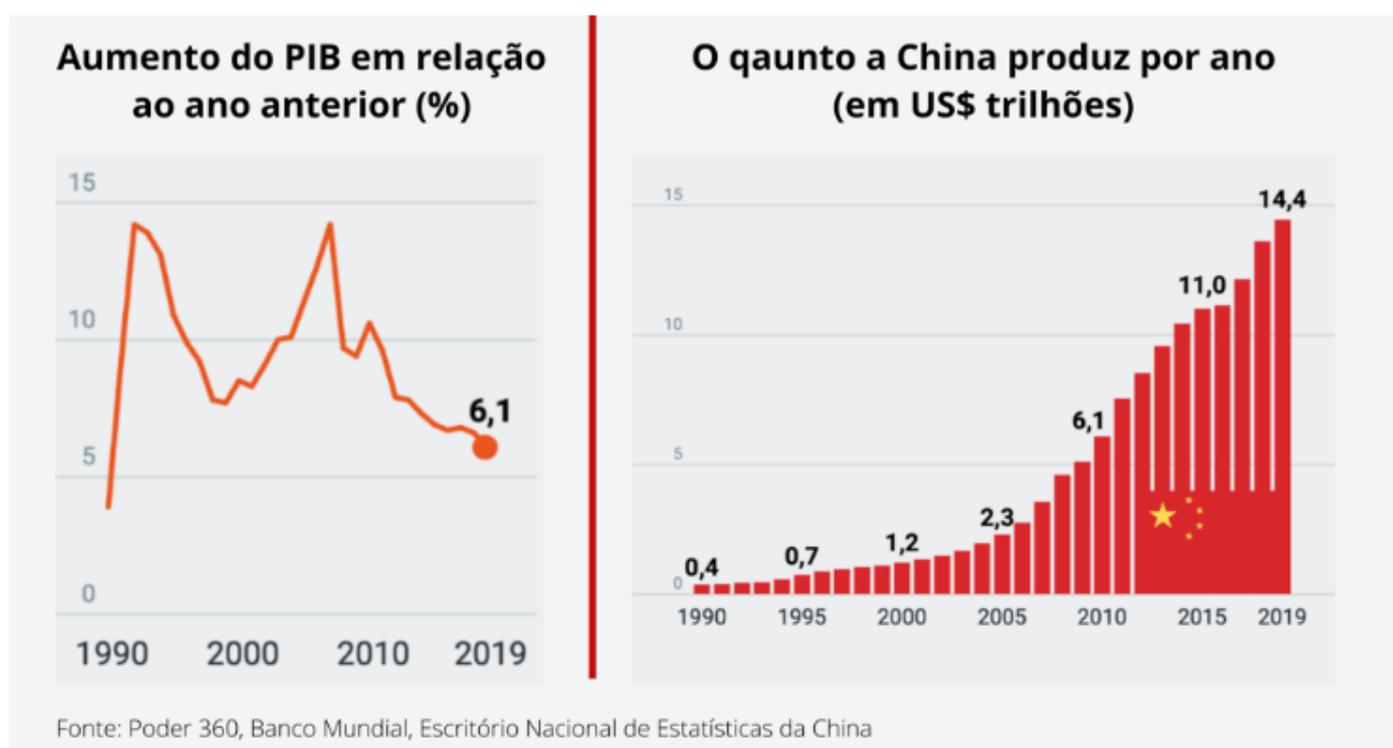
Toda essa estrutura tem se visto efetiva não só em perpetuar, mas em intensificar a desigualdade no país ao passo que deixa disponível um mar de mão de obra barata. E assim, a fábrica do mundo segue girando.

Os escondidos índices de desigualdade social da China

Duda Cambraia, Fernanda Vasconcelos e Lorena Pomarico

Conforme dados divulgados pelo Escritório Nacional de Estatísticas da China, o Produto Interno Bruto do país de 2019 fechou em 14,4 trilhões de dólares, um crescimento de 6,1% em relação ao ano anterior, o mais baixo em 29 anos. Apesar disso, a porcentagem está dentro dos padrões estipulados pelo governo e a China segue sendo a segunda maior economia do mundo, ficando atrás apenas dos EUA.

Variações da economia chinesa durante vinte anos



Em um intervalo de setenta anos, a China conseguiu sair de uma condição agrária, politicamente dividida e economicamente atrasada para se tornar uma grande potência mundial. Esse fato é oriundo de uma herança histórica que pode ser confirmada a partir da revolução comunista de 1949, liderada por Mao Tsé-Tung. Quando Mao chegou ao poder, o país estava devastado por guerras e pela desigualdade socioeconômica entre ricos e pobres que perpetuava desde a época imperial.

O autoritarismo comunista foi o preço que os chineses pagaram para ter melhorias nos

indicadores sociais. A partir da década de 60, a taxa de mortalidade caiu drasticamente, a expectativa de vida que antes era de 43 anos, passou a ser 66 anos em 1978 e de 76 anos em 2016. Já a taxa de alfabetização em 1982 era de 65% e em 2010 superou 95%.

Em 1978, dois anos após a morte do fundador do Partido Comunista Chinês, Mao-Tsé Tung, Deng Xiaoping assumiu como secretário-geral do partido, dando início a abertura econômica chinesa. Para isso, Deng Xiaoping migrou a economia chinesa de um modelo centralizado para o “socialismo com características chinesas”, que apesar do Estado ainda ter o poder econômico sobre decisões estratégicas a longo prazo, esse novo modelo permitiu o ressurgimento do setor privado e deu aos agricultores maior liberdade. Além disso, Deng também promoveu a abertura econômica ao comércio exterior, o que permitiu a entrada de multinacionais e de investimentos estrangeiros no país.

Como consequência, o crescimento chinês disparou e foi na década de 1990 que houve o aprofundamento das reformas econômicas, bem como aumento considerável do PIB, com um crescimento de 14,2% em 1992. Com as mudanças de Deng Xiaoping, o Banco Mundial estima que 850 milhões de chineses saíram da pobreza.

Atualmente, colecionando vários títulos, o país asiático também se encaixa na categoria de maior população mundial. Com, exatamente, 1,4 bilhões de habitantes, o governo de Pequim falha ao lidar com tamanha proporção. Apesar de ocupar a posição de segunda maior economia do mundo, a riqueza não chegou em todos os locais do território. Mais da metade da população chinesa sofre em condições precárias nas regiões agrícolas e rurais do país. Entretanto, poucos compreendem a brutal desigualdade social da nação, afinal, o marketing do poder chinês é primoroso.

Segundo o professor de relações internacionais da ESPM – SP (Escola Superior de Propaganda e Marketing – São Paulo), Alexandre Uehara, que viveu por determinado período de tempo na China, é nítida a diferença social e econômica do país. “Há uma cortina transparente que divide o mundo capitalista, que abrange as pessoas que podem ir à Paris comer macarrons, do outro lado da cortina, que condiz com a população que vive em condições extremamente precárias”, comenta o professor.

Entretanto, as diferenças econômicas no país não são uma novidade. A ideia de uniformizar o território economicamente já vêm sendo executada pelo governo de Pequim há anos. A primeira e mais essencial alternativa foi a tentativa de expandir seu mercado, abrindo as portas para a entrada de capital internacional. Muitas empresas multinacionais, também conhecidas como transnacionais, instalaram e continuam instalando filiais no país. Acarretando no aumento de oportunidades de trabalho, e, logo, no crescimento econômico interno local.

Outro fator que, de certa forma, impedia o crescimento chinês era o preconceito externo dos outros países em relação à região. A China, por muito tempo foi vista como uma fábrica de falsificações, o governo pequinês de imediato percebeu tal atribuição negativa ao país, e com o intuito de extinguir esse semblante começou a investir em universidades, centros de pesquisas e empresas de tecnologia.

“Hoje em dia, há muitas universidades chinesas que estão investindo fortemente na área de pesquisa e na compra de empresas multinacionais, sendo elas europeias, americanas e japonesas. Isso beneficia, de certa forma, o país, pois facilita que as empresas chinesas consigam trazer a tecnologia para dentro da região, sem parecer que estão roubando-a. Visando assim, a aniquilação da má fama”, conta Alexandre Uehara.

E por fim, a política do One Belt on Road, representa a nova Rota da Seda, acredita-se que a construção de novas estruturas e a criação de ligações com os mercados da Europa, Oriente Médio e África, proporcionarão um desenvolvimento maior para o interior do país. Conforme as conexões com os mesmos se estabelecem, essas rotas vão gerando transformações econômicas, possibilitando deste modo, que a tecnologia, que hoje está apenas nas zonas litorâneas, devido aos canais de exportação, se estenda e propague para todo o território chinês.

Desta forma, o governo pequinês tenta padronizar o nível socioeconômico da região acarretando na diminuição da desigualdade social do país. Um regime conservador impossibilita a ascendência de classes sociais, então algumas estratégias devem ser adotadas pelo governo para permitir que esses discrepantes raciocínios sigam trabalhando juntos. Buscar o dinamismo entre um governo ditatorial e uma economia liberal que é necessário para fortalecimento da economia, não é assim tão simples quanto parece.

Normalmente, ao se falar em regime ditatorial, a primeira impressão despertada nas pessoas é o repúdio e o medo, porém, não nos chineses. Segundo Alexandre Uehara, a população não sente falta de uma democracia no país, afinal, uma parcela privilegiada da sociedade já possui uma parte dos seus desejos, satisfeita: dinheiro no bolso.

“Uma das coisas mais interessantes que eu perguntei quando estive na China, foi se eles não sentiam falta de uma democracia no país, e para minha surpresa, a resposta que eu obtive foi “não”. Para algumas pessoas que eu conversei a liberdade neste momento significa ter dinheiro no bolso, pois isso eles não tinham antes.”, explica o professor. Entretanto, vale ressaltar que Alexandre conversou, apenas, com alguns habitantes da região, por isso, a opinião não deve ser generalizada ao restante do país.

Além de todos os pontos já supracitados, a crise do coronavírus é outro segmento que pode prejudicar o desenvolvimento interno chinês. Há três diferentes perspectivas sobre

o impacto da pandemia no cenário econômico, sendo que a primeira delas é que o país enfrente uma crise tipo V, ou seja, a economia despencará, fortemente, para emergir muito rapidamente. A segunda análise é de que o país enfrente uma grave crise econômica, assim como outras nações do mundo facearão também, colocando em xeque ainda mais a desigualdade do país asiático.

A última perspectiva é de que a China, não consiga se recuperar rapidamente, entretanto, ainda sim, mantenha um crescimento econômico (mesmo que seja menor que anteriormente) em um ritmo dinâmico. Contudo, é necessário que todo mercado internacional, ou pelo menos, países que portam relações com a região acompanhem, também, o compasso do país asiático. Afinal, apesar do país investir no mercado doméstico ainda apresenta uma admirável dependência do mercado externo. Por debaixo de uma resistente, porém nem tanto, carapaça, há um país vulnerável, que assim como outras nações, apresenta inúmeros problemas internos, sendo neste caso, a crucial desigualdade social. A imagem estereotipada da segunda maior economia mundial não deve ser levada ao pé da letra, pois, por detrás do título há uma população sofrida, a qual muitas vezes não possui nem refeições diárias. Até mesmo a grande, futura, potência têm segredos.

A fênix chinesa

Gabriela Soares, Giulia Pagliuso, Helena Fortunato e Renata Rosa

Para entender o crescimento econômico chinês temos que voltar ao governo de Mao Tse Tung, que implantou o socialismo na China. Quando ele morreu em 1976, Deng Xiaoping ao assumir o poder percebe o atraso econômico do país. Na tentativa de modernizar, criou as ZEEs (Zonas Econômicas Especiais) onde ele define uma área próxima ao litoral leste da China e na parte Sul, perto do oceano pacífico, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção, e avançar a economia chinesa, implementando nessa área a isenção fiscal para as multinacionais, concedendo terrenos gratuitos e algo natural que eles já tinham: Os 3 M's (Matéria Prima, Mercado Consumidor e Mão de Obra) na década de 70 a China já possuía uma grande mão de obra.

Portanto, Xiaoping deu o pontapé inicial para chegar nesta China que conhecemos hoje. Posteriormente, a China adquiriu uma postura de Socialismo de Mercado dentro do cenário geopolítico, ou seja o país fica aberto para economia e fechado para política. Haja vista que a grande potência é comandada hoje através de uma ditadura, por um partido comunista, o PCCH (Partido Comunista Chinês) onde há censura, onde não há eleições, o povo deve pensar muito bem antes de falar.

CENÁRIO ATUAL

A China hoje é referência mundial em desenvolvimento, o país já é o segundo maior PIB mundial, perdendo apenas para os Estados Unidos, mas o que muitas pessoas não sabem é que a China atual tem como responsável pelo seu desenvolvimento, um sistema de escravidão popular comandado pelo governo e que é adotado parcialmente até hoje. Um dos principais motivos que levam o crescimento da China e a adoção do trabalho semi-escravo em algumas zonas chinesas é a população de quase 1 bilhão e meio de habitantes, que faz com que muitas pessoas aceitem receber muito pouco para trabalhar muito por conta da alta concorrência de pessoas que estão concorrendo por um emprego. A população muito grande também favorece a produção já que quanto mais pessoas trabalhando, maior é a produção.

As multinacionais que estão presentes na China hoje formam um Joint Ventures, ou seja multinacionais dentro do país que recebem investimento do capital Chinês. Essa estratégia de negócio foi criada para que quando as empresas enviassem o capital para os países de origem, uma parte do dinheiro ficasse para a China. E é por isso que os chineses concentram grande parte das ações na Bolsa de Valores. Outro fator que

foi um grande atrativo para as multinacionais foi a mão de obra barata, abundante e especializada, e como consequência, a grande expansão de produções, o famoso bordão “Made in China”. A partir dos anos 2000 a China busca por mais matérias primas, e começam a exercer um “Imperialismo” dentro da África, extraindo commodities.

O autoritarismo do governo chinês não permite uma mídia independente, mas o fato é que na China existem muitas regiões onde a pobreza reina. Mesmo tendo várias áreas de baixos impostos, em regiões em que o governo chinês mais tem controle, como é o caso de regiões mais ao interior do país, é possível ver a fome, pois diferentemente das outras regiões essas regiões são onde se concentra principalmente o trabalho semi-escravo, e são pouco noticiadas internacionalmente. Essas regiões são as quais se concentram grande parte das empresas estrangeiras como Nike, Apple, Adidas, Samsung e muitas outras, além é claro das fábricas de tecidos e de equipamentos que permitem a confecção de produtos baratos e de qualidade. Esse por sinal é outro fator que contribuiu para o crescimento da China, pois o produto acaba saindo mais barato e sendo comprado pelo mundo inteiro.

No caso das zonas de zero impostos, onde geralmente ficam as sedes das empresas (e não as fábricas) internacionais, as zonas onde ficam os maiores executivos dessas empresas, são elas por exemplo Hong Kong e Xangai, é muito perceptível a diferença do investimento do governo e é possível achar que se está em outro país ao ver situação dessas regiões com o resto do país, seja em saneamento básico, ou mesmo em questão de desenvolvimento tecnológico. Em Hong Kong por exemplo, que não representa nem 1% do território chinês, equivale mais de 20% do PIB com as empresas sede.

A professora de geografia, Ana Claudia Paoli, que leciona há mais de 20 anos em colégios estaduais e privados, afirma que o cenário atual está até sendo chamado de “nova Guerra Fria”, fazendo menção à Organização de Cooperação de Xangai, que aliados à Rússia com mais 5 países da ex União Soviética, alegam que estão combatendo o terrorismo, dando força dentro das relações geopolíticas, mas alguns especialistas das relações internacionais afirmam que essa organização faz frente à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) pela participação da Rússia e da China. A professora ainda afirma: “Vale ressaltar que dentro da China temos um arsenal nuclear, tem o maior exército do mundo, faz parte do membro permanente do conselho de segurança da ONU, está buscando recursos minerais no continente Africano e estão investindo na corrida aeroespacial. Então é um país bem inteligente, sabem muito bem onde estão atuando”.

A PANDEMIA

Estamos vivendo uma pandemia mundial, vários governos estão utilizando políticas ditatoriais para manterem seus cidadãos dentro de casa, porém ao invés de fazerem isso

conscientizando as pessoas, eles utilizam de políticas autoritárias contra seus cidadãos. Quando essa pandemia se alastrou na China, diversas pessoas não puderam sair do país por determinação do governo e sofreram sem o atendimento médico adequado. Além disso, de acordo com dados publicados pelo Estadão, a natureza autoritária do regime chinês e a obsessão por controle do Partido Comunista impediram a divulgação de informações sobre o coronavírus nos estágios iniciais de sua propagação.

Em uma entrevista com Silvia Liu, de 20 anos, que é de Da Lian, China, e está fazendo um programa de intercâmbio, em parceria com o curso curso de Letras da Universidade de São Paulo (USP), ela relatou como tem sido lidar com as consequências da pandemia do coronavírus, e sua visão sobre as medidas de combate a proliferação da doença. “Algumas pessoas acham que o autoritarismo cresceu na China, pois as autoridades tomaram medidas radicais em relação ao isolamento horizontal, mas tem outros que acham que tais medidas são necessárias e eficientes para conter o avanço da Covid-19. Na minha opinião, estamos colocando numa balança a liberdade e saúde pública. Numa hora dessas, se eu tiver que sacrificar um dos dois, optei por garantir a saúde pública e abrir mão temporariamente da liberdade de ir e vir. Ou seja, eu concordo de forma geral com as medidas preventivas do governo chinês, o que trouxe resultados desejados. Mas claro, devem existir casos extremos que poderiam ser evitados”, explicou Silvia, que está há mais de três meses tentando achar um vôo de volta para sua terra natal.



EUROPA

Alunos de Jornalismo da ESPM

750 bilhões: Como a Alemanha e a França planejam salvar a UE pós coronavírus

Luana Cataldi, Maria Luiza Bacarin, Matheus Segato e Nicolas Garrido

O coronavírus, que começou na China em dezembro de 2019, tendo como epicentro a cidade de Wuhan, rapidamente se alastrou pela Europa e submeteu grande parte de seus países a tempos difíceis, principalmente aqueles cujo sistema de saúde não era tão desenvolvido. Alguns reagiram à ameaça mais rapidamente que outros, como a Alemanha e Portugal, por exemplo, e conseguiram controlar a eminente crise com mais facilidade.

O ucraniano Alexander Yankovsky, que estava morando em Viena no início de 2020, disse que o governo reagiu rapidamente e que o sistema de saúde austríaco já era bem desenvolvido. “Eles implementaram muita testagem bem cedo e, em geral, não houve uma propagação massiva de casos. Logo no início de março, o governo fechou a maior parte dos espaços públicos para que houvesse mínima propagação”, afirmou Yankovsky. Nesse contexto, seria de se esperar que a União Europeia providenciasse auxílio aos países que não conseguiram combater tão bem a epidemia, o que não aconteceu.

Essa ajuda veio da China, que não restringe suas relações apenas a países que aceitam seus costumes e comercializa com qualquer moeda. Ela mandou diversos equipamentos hospitalares, como máscaras e respiradores, e uma grande quantidade de médicos para a Itália e Espanha, países com maior número de casos registrados de coronavírus na Europa. No auge da pandemia, os italianos registravam aproximadamente mil mortes por dia.

Segundo a revista Der Spiegel, no final de maio a chanceler alemã Angela Merkel e o presidente francês Emmanuel Macron criaram um projeto de reconstrução da Europa chamado Next Generation EU, no qual planejam emprestar 750 bilhões de euros para os países com maiores dificuldades, sem que eles precisem devolver o dinheiro. Essa ideia é similar à do Plano Marshall, instalado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, com a mesma finalidade e valor monetário equivalente.

De acordo com o professor de geografia do Colégio Visconde de Porto Seguro, Rafael Capelari, a iniciativa é “extremamente válida” e a UE deve resistir ao impacto negativo da pandemia. “Acredito que seja uma forma de dar fôlego ao setor produtivo, seja ele o

setor primário, secundário, e principalmente o terciário que foi o mais afetado. De certo cairá muito bem para as economias latinas: Portugal, Espanha e Itália”, opinou ele.

O principal objetivo da Alemanha e da França ao criar o projeto foi salvar a economia europeia. De acordo com um dos sites oficiais da União Europeia, o European Commission, “para proteger vidas e meios de subsistência, reparar o Mercado Único e promover uma recuperação duradoura e próspera, a Comissão Europeia propõe-se aproveitar todo o potencial do orçamento da UE”. Além do valor inicial que será disponibilizado para os estados membros, mais dinheiro será investido em países específicos de acordo com a necessidade de cada um. No final, o Next Generation EU contará com um orçamento de 1,85 trilhões de euros.

O plano será dividido em três pilares. Primeiramente, serão realizadas reformas em estados membros da União Europeia, concentrando forças naqueles que mais sofreram durante o período de pandemia. Em segundo lugar, o dinheiro será voltado para investimentos privados, dessa forma, auxiliando os países a retomarem sua economia e se inserirem novamente no Mercado Único europeu. Por fim, parte do dinheiro será aplicado no setor de saúde, tendo como base o aprendizado impulsionado pela pandemia.

O Reino Unido, porém, está excluído de qualquer assunto que o envolva em planos com a União Europeia. Em janeiro de 2020, após muitas discussões, plebiscitos e controvérsias, ele iniciou acordos para sair do bloco econômico oficialmente. Ainda assim, não é possível deixar de imaginar como teria sido a resposta dos britânicos ao coronavírus se eles estivessem escolhido permanecer no bloco econômico europeu.

Segundo Yankovsky, que morou na Inglaterra durante o Ensino Médio e mantém contato com amigos britânicos, o sistema de saúde inglês sempre foi bom e o fato dos britânicos conseguirem controlar suas fronteiras também ajudou a impedir a propagação do vírus vindo do exterior. Ainda assim, o ucraniano disse que: “sem a União Europeia, o Reino Unido terá bem mais problemas em se recuperar economicamente após a quarentena”, uma vez que ele não está mais inserido no Mercado Único que todos os membros do bloco têm acesso.

Tendo isso em mente, Capelari afirmou que a pandemia deu ênfase na necessidade dos países da Europa pensarem em conjunto. “Não vejo países querendo sair do bloco, pelo contrário. A Ucrânia, por exemplo, está querendo se aproximar”, afirmou ele. Além disso, o professor disse que o fim da UE significaria uma catástrofe para o cenário global. “A Europa ainda se mantém como concorrente das outras duas maiores economias do planeta, EUA e China. O fim do bloco poderia levar o mundo a uma outra crise econômica sem precedentes, por causa da conexão global econômica”, declarou.

Mesmo que a União Europeia continue sendo um bloco econômico próximo, com economias e lideranças integradas, ainda vai demorar um tempo para que as pessoas voltem a conseguir circular pela Europa da maneira que faziam antes. Em maio, alguns países já reiniciaram atividades comerciais e a prestação de serviços considerados não essenciais, ainda que mantendo o distanciamento social e as medidas de segurança. Apesar disso, a maioria das fronteiras ainda estão fechadas para estrangeiros e as que estão abertas têm o processo de imigração dificultado. As companhias de transporte, principalmente as aéreas, também sofreram enormes perdas econômicas com a pandemia, e precisarão se reestabelecer antes de retomar suas atividades como na época da pré-pandemia.

Brexit: o futuro de uma nação autônoma

João Pedro Cirilo, Luca Ioni, Lucas Bastos e Pedro Trigo

A saída do Reino Unido da União Europeia, denominada de Brexit, abreviação de “British Exit”, foi aprovada por meio de um plebiscito em 2016, com 52% do eleitorado favorável, e 48% contrários à separação. Esse resultado pode ser interpretado como uma falsa opinião do povo britânico, visto que a votação foi facultativa e somente 72% da população exerceram seu direito de voto.

Em sua grande maioria, as pessoas a favor do “leave” eram eleitores acima dos 65 anos, que também são a maior fatia votante, visto que 78% das pessoas nesta faixa etária votaram nas eleições de 2015. Enquanto isso, somente 49% dos votantes entre 18 e 34 anos foram às urnas, ou seja, tiveram uma larga desvantagem. Depois de perceberem os riscos que estavam se criando, 2,6 milhões de jovens foram se credenciar entre os dias 15 de maio e 9 de junho de 2016.

Grupos de Idades	Média de Idade	Permanecer	Sair
18-24	21	64%	24%
25-49	37	45%	39%
50-64	57	35%	49%
65+	73	33%	58%

Existem diversos motivos para que o Reino Unido cogitasse sua saída da União Europeia. Começando pela desconfiança dos britânicos perante as relações entre as nações que compõem a UE, segundo eles, superficiais. Um dos acontecimentos que comprovam essa tese, foi a recusa por parte deles ao Tratado de Maastricht, que trocava sua moeda oficial. Outro ponto, foi a escolha por não fazerem parte do Espaço Schengen, onde liberaria a livre circulação de pessoas entre esses países.

Defensores pró-Brexit apostaram em uma pesada estratégia de marketing, alegando que, ao sair do bloco, 350 milhões de libras seriam aplicadas por semana na saúde pública dos cidadãos. Em contraponto, analistas da Autoridade de Estatísticas britânica viram essa promessa como enganosa e totalmente fora da realidade. Mas mesmo assim, o argumento não perdeu sua força.

A falta de controle migratório que a UE causava teve muita influência na formação das

opiniões. A maioria dos políticos pró-Brexit usaram esse argumento como maior trunfo, tentando reforçar a ideia de identidade nacional e cultural. Isso acabou trazendo muitos eleitores de baixa renda, que tinham medo de perder seus empregos para imigrantes, visto que eles poderiam ser uma mão-de-obra mais barata e menos exigente.

Com a aprovação da separação, ficou nítida a ignorância do povo acerca do referendo. Segundo o Google, durante a primeira semana pós “leave”, a palavra “Brexit” foi a mais pesquisada por todo o planeta. Vale lembrar que, neste período, a Eurocopa, o acidente aéreo da Ryanair estavam em alta e, mesmo assim, esse ainda foi o principal assunto naquele momento, ficando a frente de personalidades influentes como Cristiano Ronaldo, Lionel Messi e Kanye West.

Os benefícios do acesso ao mercado único europeu superam os custos da adesão europeia. Para cada euro investido, o Reino Unido recebe 10. Os britânicos contribuem anualmente para o orçamento da União Europeia, o equivalente a aproximadamente 378 euros por família. Contrapondo as propagandas amplamente divulgadas e favoráveis ao “Leave”, por exemplo, o repasse de 365 milhões de euros semanais a UE, que, com uma votação favorável ao plebiscito, reverteram esses gastos na saúde pública inglesa, ponto de vista defendido pelo atual primeiro-ministro Boris Johnson.

Na visão britânica, existem alguns possíveis benefícios em relação a essa saída. Como por exemplo, o comércio com os países da União Europeia, que de certa forma, deve se manter uma possibilidade de um acordo de livre comércio com esses países, sem interferências das leis do bloco europeu. Mas o principal ponto é a maior liberdade para negociar seus próprios acordos internacionais com o mercado chinês e o indiano, economias com crescimento vertiginoso.

Enquanto membro do bloco, é muito complicado para o Reino Unido controlar a imigração. A saída permite recuperar e aumentar os poderes nas fronteiras, além de reduzir o número de migrantes. Os favoráveis a mudança acreditam que tal situação vai gerar mais empregos para os trabalhadores nativos.

Dessa forma, o país aumentará sua segurança pública, visto que poderá agir sozinho, sem restrições do bloco. Os britânicos deixam de serem obrigados a seguirem a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que possui o poder de decidir os poderes da polícia e das agências especiais britânicas.

De acordo com uma pesquisa divulgada pela empresa Deloitte, 40% das multinacionais com sede na Europa haviam escolhido Londres para montarem suas sedes e escritórios. Seguidas da capital britânica, estão Paris (8%), Madri (3%), Amsterdã e Bruxelas, com 2,5% cada. Com base nisso, pode haver um fluxo de empresas para outros países da

União Europeia, afinal, como o Reino Unido está de saída, irão se apresentar uma série de outros aspectos em relação a questão tributária e aplicações de regras. Ou seja, por parte das empresas, pode favorecer uma migração para outras grandes capitais, dinamizando a economia dessas outras nações.

Além disso, outro fator que escancara a falta de nexos no Brexit, é o fato de que boa parte da mão obra das fábricas é feita por imigrantes. Desde 2016, o Reino Unido sofre com a saída de imigrantes de seus postos de trabalho, deixando as empresas sem funcionários gerando dificuldades econômicas, que são simples de início, mas catastróficas ao longo prazo.

Segundo o professor de graduação da ESPM-SP e economista Luis Carlos Berti, embora o Reino Unido faça parte de 15% do PIB do bloco, essa saída será positiva para o futuro da União Europeia: “A Inglaterra sempre foi uma espécie de freio na facilitação das negociações entre os países membros. Pode ser que o bloco econômico cresça cada vez mais e deslanche. Afinal, vai aumentar a interação e boa vontade entre os membros”.

O coronavírus está sendo um novo empecilho para que o Brexit seja implantado, visto que por volta de 1º de Abril, haviam cerca de 22 mil casos confirmados e quase 1,4 mil mortes no Reino Unido. Desta forma, o vírus se tornou a principal preocupação mundial, e deve concentrar maior atenção do que o divórcio neste momento. Com isso, um plano de adiamento está sendo especulado. Na opinião de Berti, o coronavírus não deve causar grandes impactos no processo do Brexit, e afirma: “ Se o Reino Unido conseguir acelerar o processo de contenção do contágio e abrir gradativamente a economia, eles têm força econômica para fazer a economia crescer novamente”.

Quando perguntado acerca do futuro da nação, o economista não garantiu nada: “Tem que esperar para ver. Precisa de muito detalhe para entender os benefícios. Pelo fato de ter ganho Brexit com uma diferença tão pequena, não há uma uniformidade que isso possa ser beneficiado 100%”.

O Governo britânico espera obter com a UE um acordo especial, semelhante ao da Noruega e da Suíça, que não fazem parte do bloco. No caso norueguês, os europeus não precisam de visto para morar ou trabalhar, mas precisam se registrar na polícia. Porém, essa possibilidade é pequena.

Além disso, analistas temem que tudo isso pode levar a uma dissolução do Reino Unido, gerando crescentes movimentos independentes. Exemplo disso é o caso da Escócia, que votou pela permanência no bloco, e pressiona cada vez mais por um novo plebiscito de independência.

Com o divórcio temos um país adicional para negociar. Mas a questão é, até que ponto

haveria um aumento ou não do protecionismo, visto que vivemos em uma era dominada por esse sistema. Tudo isso acaba dificultando o fluxo de mercadorias, uma vez que os países irão proteger sua produção nacional, além de seus empregos.

É um risco que vamos sofrer. Para os britânicos, a economia continuará sendo forte, mas os países vão poder negociar de forma mais ampla. Para nós, pode ser benéfico. Mas, como no Brasil, o grosso de sua exportação continua com produtos primários, a situação não muda muito.



MERCOSUL

Alunos de Jornalismo da ESPM

Jornalismo ESPM

O Mercosul e o coronavírus

Ana Carolina Bilato, Gustavo Fongaro, Luca Carloni e Pedro Pimenta

Originado na China, o novo coronavírus (COVID-19) passou a ser notado na última semana de 2019 quando a primeira pessoa se infectou. Em questão de semanas o vírus já tinha se alastrado para diferentes países do globo causando, pouco tempo depois, uma pandemia mundial declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A doença causou danos irreversíveis em diversos países, como por exemplo a Itália, que até pouco tempo atrás era o epicentro da doença no mundo.

Em março de 2020 o COVID-19, popularmente conhecido como “coronavírus”, fez sua primeira vítima no Brasil e quase três meses depois o país se tornou, junto com os Estados Unidos, o novo epicentro mundial da doença. De rápida transmissão, a doença torna-se ainda mais preocupante, sendo o isolamento social a única alternativa que o mundo tem para conter a propagação do vírus. Entretanto, medidas como esta podem ser extremamente prejudiciais tanto para a economia nacional quanto para a global.

Em meio ao caos, muitas empresas tiveram que fechar ou demitir funcionários. A economia do mundo inteiro está em queda, o mundo se aproxima de uma recessão quase nunca vista antes na história. No Mercosul, o governo argentino anunciou abandono de negociações para voltar-se para a política econômica interna do país, que também, foi agravada pela pandemia e indicou que não será obstáculo para os demais países.

Apesar dessa situação, as regras atuais do Mercosul dizem que todos os países devem aprovar juntos uma decisão. Em entrevista dada de Marcelo Elizondo, economista e diretor da consultoria Desenvolvimento dos Negócios Internacionais (DNI) ao G1, diz que, não é “saudável” para o bloco que um de seus membros represente um desalinhamento do objetivo do Mercosul, “nunca houve uma ruptura desse tipo entre os membros fundadores. O Mercosul decidiu internacionalizar-se e a Argentina decide não acompanhar. Essa decisão é prejudicial para a própria Argentina”, afirma. Atualmente, o Mercosul tem negociações com Canadá, Coreia do Sul e Singapura, mas quer alavancar as coisas com o Japão e iniciar com o Estados Unidos.

Dos países do Mercosul, o Paraguai é o mais seguro e vem sendo um belo exemplo no combate ao coronavírus. Com 1013 casos confirmados e apenas 11 mortes. 3 dias depois da confirmação do primeiro caso, o país anunciou a suspensão de aulas e eventos públicos de grande porte por 15 dias para impedir a propagação do coronavírus. Em menos de 2 semanas, o governo decretou lockdown em todo o seu território. O país

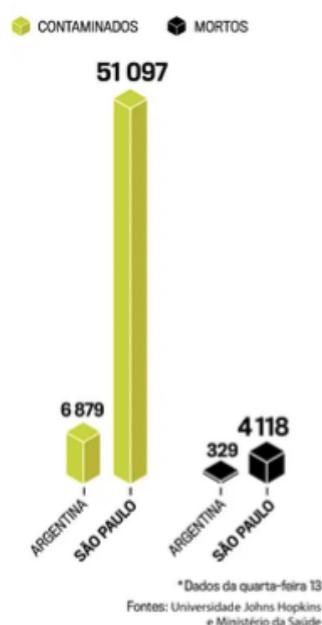
rapidamente fechou fronteira com o Brasil, e o presidente Mario Benítez fez comentários sobre a decisão: “O Brasil é o lugar onde hoje há maior expansão do coronavírus no mundo. Temos 700 km de fronteira com o Brasil, e é uma grande ameaça a todo o esforço que faz o povo paraguaio”.

Enquanto o Paraguai dá exemplo, o Brasil continua perdido. Sob comando de um presidente conspiracionista, o povo se defende do vírus sozinho. Um governo que incentiva as pessoas a permanecerem trabalhando e a abertura de todo comércio para salvar a economia do país se mostra, além de insensível, desinformado. O isolamento social é um consenso não só entre os epidemiologistas, mas também entre os economistas. Tony Volpon, economista chefe do UBS e ex-diretor do Banco Central diz que para limitar os diversos impactos, é preciso que o país faça uma parada súbita, mas temporária. “Para mim, não há dúvidas de que o confinamento é necessário. O que o Brasil precisa é focar o planejamento do tempo de saída do isolamento, o mais rápido possível”. O Brasil tem até hoje, dia três de junho, 558 mil casos confirmados e 31 mil mortes, sendo, junto com os Estados Unidos, atual epicentro do coronavírus no planeta.

Nossos eternos rivais, os argentinos estão ganhando o jogo por uma goleada. Depois de dois meses de uma quarentena rigorosa, os vizinhos estão gradualmente reabrindo as indústrias e alguns estabelecimentos comerciais mais essenciais em torno de Buenos Aires. A capital, que concentra 86% dos casos, ainda permanece em quarentena, essa que foi respeitada por uma parte esmagadora dos argentinos, sob pena de prisão ou multa equivalente a 7 000 reais a quem a descumprisse.

UM ABISMO ENTRE NÓS

Com a mesma população, os números da Covid-19 em toda a Argentina são muito inferiores aos do Estado de São Paulo*



A Professora de Relações Internacionais da ESPM, Denilde Holzacker, destaca a eficiência dos hermanos em conter o avanço da doença. “O país que foi o mais rápido e que fez uma política que seguiu as posições da OMS foi a Argentina. O Fernandez fez um isolamento rápido, com ações efetivas para combater a epidemia, do ponto de vista de associação com o que estava sendo proposto internacionalmente e ação de governo, eu diria que a Argentina foi a mais próxima nisso.”

Enquanto nossos vizinhos avançam no combate ao surto de Covid, os brasileiros são cada vez mais afetados pela pandemia. Ao contrário de Alberto Fernández, Jair Bolsonaro segue minimizando a gravidade da situação. Enquanto os números de mortos em solo nacional superam a marca de 30 mil, o Presidente continua discursando em protestos com seus seguidores, desrespeitando as normas de isolamento social.

O executivo não é o único poder que falha na luta contra o surto. Muitos governadores apresentaram nas últimas semanas planos de reabertura econômica gradual, que se iniciará no mês de junho, quando é previsto o pico da curva de contágio. Enquanto isso o número de casos segue crescendo a cada dia, assim como o número de mortes.

